

ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV): VIVÊNCIAS EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE RONDÔNIA

COW'S MILK PROTEIN ALLERGY (CMPA): EXPERIENCES IN A SMALL TOWN IN RONDÔNIA

ALERGIA A LA PROTEÍNA DE LA LECHE DE VACA (APLV): VIVENCIAS EN UNA CIUDAD DEL INTERIOR DE RONDÔNIA

Stefani Sabrina Garcia de Freitas¹
Vanessa Camargo Medeiros Lacerda²
Anabelly Fontinelle Denardi³
Keila Cristina de Souza⁴
Jordania Letícia Garcia de Freitas⁵
Tiago Barcelos Valiatti⁶

Resumo

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma condição imunológica prevalente na infância, que impacta significativamente a qualidade de vida das famílias afetadas. Este estudo teve como objetivo compreender as vivências de mães de crianças diagnosticadas com APLV em Jarú, interior do estado de Rondônia. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas com cinco mães residentes no município de Jarú. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, abrangendo aspectos sociodemográficos, histórico clínico das crianças, processo diagnóstico, manifestações clínicas, impacto emocional e estratégias de enfrentamento. Os resultados revelaram que, apesar da diversidade dos relatos, todas as mães enfrentaram desafios semelhantes: dificuldades no diagnóstico precoce, alto custo de alimentos e fórmulas especiais, insegurança frente à introdução alimentar, ausência de apoio psicológico e falta de preparo dos profissionais de saúde. Muitas relataram a necessidade de adaptações significativas na rotina familiar, restrições sociais e impacto financeiro, sendo que algumas precisaram abandonar o trabalho para se dedicarem aos cuidados com os filhos. Observou-se também o papel fundamental de redes de apoio, como grupos virtuais de mães, na disseminação de informações e acolhimento emocional. As experiências demonstram que o enfrentamento da APLV exige um esforço coletivo que envolve a família, a escola e o sistema de saúde. As participantes destacaram a importância da capacitação de profissionais da atenção básica, a ampliação do acesso a fórmulas alimentares e a criação de políticas públicas que apoiem essas famílias. Conclui-se que, além do aspecto clínico, a APLV representa um desafio social e emocional, exigindo atenção multidisciplinar para promover o bem-estar das crianças e suas famílias.

Palavras-chave: alergia à proteína do leite de vaca; hipersensibilidade mediada por IGE; alergia.

Abstract

Cow's milk protein allergy (CMPA) is a prevalent childhood immunological condition that significantly impacts the quality of life of affected families. This study aimed to understand the experiences of mothers of children diagnosed with CMPA in the interior of the state of Rondônia. This descriptive, qualitative study was conducted through interviews with five mothers living in the municipality of Jarú. Data was collected using a structured questionnaire covering sociodemographic aspects, the children's medical history, diagnostic process, clinical manifestations, emotional impact, and coping strategies. The results revealed that, despite the diversity of reports, all mothers faced similar challenges: difficulties in early diagnosis, high costs of foods and special formulas, insecurity regarding the introduction of solid foods, lack of psychological support, and lack of training among

¹ Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

² Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

³ Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

⁴ Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

⁵ Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

⁶ Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Educação de Jarú, FIMCA Jarú, Rondônia, Brasil.

healthcare professionals. Many reported the need for significant adjustments to their family routines, social restrictions, and financial impact, with some having to leave work to dedicate themselves to caring for their children. The crucial role of support networks, such as virtual mothers' groups, in disseminating information and providing emotional support was also noted. Experiences demonstrate that tackling CMPA requires a collective effort involving families, schools, and the healthcare system. Participants highlighted the importance of training primary care professionals, expanding access to formulas, and creating public policies to support these families. The conclusion is that, beyond the clinical aspect, CMPA represents a social and emotional challenge, requiring multidisciplinary care to promote the well-being of children and their families.

Keywords: cow's milk protein allergy; IGE-mediated hypersensitivity; allergy.

Resumen

La alergia a la proteína de la leche de vaca (APLV) es una condición inmunológica prevalente en la infancia que impacta significativamente la calidad de vida de las familias afectadas. Este estudio tuvo como objetivo comprender las vivencias de madres de niños diagnosticados con APLV en Jarú, una ciudad del estado de Rondônia. Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo, realizada mediante entrevistas a cinco madres residentes en el municipio de Jarú. Los datos se recolectaron mediante un cuestionario estructurado que abarcó aspectos sociodemográficos, historial clínico de los niños, proceso diagnóstico, manifestaciones clínicas, impacto emocional y estrategias de afrontamiento. Los resultados revelaron que, a pesar de la diversidad de relatos, todas las madres enfrentaron desafíos similares: dificultades en el diagnóstico precoz, alto costo de alimentos y fórmulas especiales, inseguridad frente a la introducción alimentaria, ausencia de apoyo psicológico y falta de preparación de los profesionales de salud. Muchas relataron la necesidad de adaptaciones significativas en la rutina familiar, restricciones sociales e impacto financiero, siendo que algunas tuvieron que abandonar el trabajo para dedicarse al cuidado de sus hijos. También se observó el papel fundamental de las redes de apoyo, como los grupos virtuales de madres, en la difusión de información y el acogimiento emocional. Las experiencias demuestran que el afrontamiento de la APLV exige un esfuerzo colectivo que involucra a la familia, la escuela y el sistema de salud. Las participantes destacaron la importancia de la capacitación de profesionales de atención primaria, la ampliación del acceso a fórmulas alimentarias y la creación de políticas públicas que apoyen a estas familias. Se concluye que, además del aspecto clínico, la APLV representa un desafío social y emocional, que requiere atención multidisciplinaria para promover el bienestar de los niños y sus familias.

Palabras clave: alergia a la proteína de la leche de vaca; hipersensibilidad mediada por IgE; alergia.

1 Introdução

O Leite de Vaca (LV) representa alimentos básico para a nutrição e o desenvolvimento humano, visto que é fonte de energia, nutrientes, cálcio, proteínas e vitaminas (Solé *et al.*, 2018). É geralmente o primeiro alimento introduzido na dieta de uma criança quando a amamentação não é possível ou durante o período de introdução alimentar (Souza, 2022). A composição média do LV constitui 3,5% de proteína (80% de caseínas, 20% de proteínas séricas), 3-4% de lipídios (triglicerídeos), 4,6% de carboidratos (lactose), 1% de sais minerais (cálcio, fósforo, potássio, magnésio, sódio), vitaminas (especialmente B1, B2, B6, retinol, carotenos) e 88% de água (Verduci *et al.*, 2021).

Adicionalmente, na composição do LV, encontra-se aproximadamente 30 a 35 g/L de proteínas, que em certas situações podem se comportar como antígenos, que conseqüentemente, desencadeiam reações imunológicas (Souza *et al.*, 2022). Entre essas proteínas, destacam-se os alérgenos como a caseína, α -lactoalbumina e β -lactoglobulina que tornam essa uma das alergias

alimentares mais comuns em bebês, geralmente aparecendo antes de um ano de idade (Corozolla *et al.*, 2016).

Entre as alergias desencadeadas por essas proteínas, a alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é um dos exemplos mais frequentes de alergia alimentar, acometendo principalmente recém-nascidos e crianças menores de dois anos, apresentando uma frequência entre 2 e 5% dos lactentes (Santos; Rocha; Carvalho, 2018). Essa alergia, ocorre de forma repetida, quando indivíduos suscetíveis se expõe as proteínas do leite de vaca e produz uma reação adversa, podendo ser manifestações gastrointestinais, cutâneas, respiratórias e cardiovasculares (Lapa Filho *et al.*, 2020; Pinto; Frutuoso; Speridião *et al.*, 2021).

A APLV atualmente é classificada em três categorias, sendo elas: mediadas por imunoglobulina E, não mediadas e mistas (Santos; Oliveira; Paixão, 2019). As reações mediadas por IgE geralmente ocorrem de minutos a até 2 horas após a ingestão do alimento alérgico. Já as reações não mediadas por IgE estão associadas ao trato gastrointestinal e são mediadas por células T, podendo surgir horas ou dias após a ingestão do leite de vaca e as reações mistas combinam ambos os mecanismos, resultando em reações que podem ser imediatas ou tardias (Rios *et al.*, 2022).

De forma geral, a APLV pode ser influenciada por fatores intrínsecos, como a hereditariedade, mas também por fatores extrínsecos, como a interrupção precoce do aleitamento materno e, dessa forma, a amamentação é um fator essencial na proteção à saúde da criança e na prevenção de alergias (Jordani *et al.*, 2021). O Ministério da Saúde, orienta que até os seis meses de vida, seja realizado exclusivamente o aleitamento materno, pois, dessa maneira, o recém-nascido tem suas necessidades nutricionais supridas pelo leite materno e, posteriormente, deve-se iniciar a introdução alimentar com a oferta de macronutrientes, devendo sempre monitorar esse processo de adequação alimentar (Brasil, 2022).

Solé *et al.* (2018) destacam que o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade é um fator importante e eficaz para reduzir casos de alergia alimentar, entre elas a APLV, pois o leite materno possui componentes que contribuem para o processo evolutivo e de consolidação da barreira intestinal e microbiota do recém-nascido. D'Auria *et al.* (2021) destacam que uma hipótese amplamente aceita em relação à APLV é que, mesmo durante o aleitamento materno exclusivo, os lactentes podem estar suscetíveis a desenvolver a condição. Isso ocorre porque a β -lactoglobulina, uma proteína presente no leite de vaca, pode ser detectada no leite materno de 4 a 6 horas após o consumo de leite de vaca pela mãe.

Atualmente, existem poucos dados acerca da prevalência da APLV no Brasil, principalmente, devido à dificuldade acerca do diagnóstico. O estudo de Jordani *et al.* (2018)

revelou que 5,4% das crianças menores de 24 meses apresentaram sinais clínicos de APLV, com uma incidência de 2,2%. Já quando utilizado o teste de provocação oral (TPO), verificou-se uma prevalência de 1% em crianças de 4 a 23 meses e 0,09% em crianças de 24 a 59 meses (Solé *et al.*, 2018; Conitec, 2022), sugerindo, assim, que a APLV é mais prevalente nos primeiros anos de vida, diminuindo significativamente após os dois anos de idade.

Embora seja uma alergia comum entre as crianças, a APLV ainda não recebe a atenção necessária, configurando-se como um importante problema de saúde pública (Solé *et al.*, 2018). Além disso, a dificuldade de diagnóstico e falta de conhecimento por parte de profissionais da saúde e comunidade como um todo, dificulta ainda mais a elucidação do cenário de APLV no Brasil, evidenciando assim, a importância de estudos que busquem discutir esse tema (Pinto; Frutuoso; Speridião, 2021).

Diante disso, o objetivo desse estudo foi coletar relatos de mães residentes no interior do estado de Rondônia acerca da vivência dessas com seus filhos diagnosticados com APLV.

2 Materiais e métodos

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com delineamento transversal, realizado com mães de crianças diagnosticadas com APLV em Jaru, Rondônia. O município de Jaru, está localizado no interior do estado de Rondônia, a cerca de 293 quilômetros da capital do estado. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Jaru conta com uma população estimada em 50.591 habitantes, sendo, assim, a oitava cidade mais populosa do estado (IBGE, 2023).

Para composição da amostra deste estudo, inicialmente entre os meses de março e abril de 2025, foi realizada uma busca de mães que tivessem tido os filhos diagnosticados com APLV no município de Jaru, por meio de diálogos entre conhecidos/familiares dos autores do estudo, bem como por meio da divulgação da pesquisa no *site* da instituição de ensino à qual os autores são filiados. Ao final do período de busca, foram selecionadas e incluídas no estudo cinco participantes que concordaram em participar de forma voluntária da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta dos dados foi efetuada pela aplicação de um questionário desenvolvido pelos autores do estudo, contendo 42 questões, dispostas em seis eixos temáticos: (1) informações sociodemográficas (idade, nível de instrução e renda familiar); (2) retrospecto clínico do filho (a); (3) indícios e sintomas iniciais; (4) conduta inicial dos responsáveis; (5) acesso ao diagnóstico e às opções de tratamento; e (6) o impacto psicológico e social no ambiente familiar.

Os dados coletados foram estruturados em uma planilha do Microsoft Excel® e posteriormente analisados, sendo apresentados em tabela e relatos. A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovada com parecer n.º 7.224.423.

3 Resultados

Participaram do estudo cinco mães residentes em Jaru, interior do estado de Rondônia, que tiveram seus filhos (as) diagnosticados com APLV. Conforme evidenciado na **(Tabela 1)**, as idades das participantes da pesquisa variaram entre 27 e 35 anos, todas possuíam ensino superior completo e maioria era casadas e apresentavam renda mensal superior a cinco salários-mínimos. Com relação ao número de filhos, três participantes tinham dois filhos e duas das entrevistadas tinham apenas um filho (a). Apenas a participante cinco teve os dois filhos diagnosticados com APLV.

Tabela 1: Dados sociodemográficos

Mãe	N.º de filhos com APLV	Idade	Estado civil	Escolaridade	Renda familiar
1	01	34 anos	Casada	Ensino Superior completo	Acima de 5 salários-mínimos
2	01	32 anos	Casada	Ensino Superior completo	Acima de 5 salários-mínimos
3	01	39 anos	Solteira	Ensino Superior completo	Entre 3 e 5 salários-mínimos
4	01	27 anos	Solteira	Ensino Superior completo	Entre 1 e 3 salários-mínimos
5	02	35 anos	Casada	Ensino Superior completo	Acima de 5 salários-mínimos

Fonte: autores do artigo, 2025.

De forma geral, conforme mostra a **(Tabela 2)**, o diagnóstico de APLV ocorreu nos primeiros meses de vida das crianças, atualmente, a faixa etária dos filhos das entrevistadas varia de um ano a cinco anos. Os sintomas mais frequentes relatados foram episódios recorrentes de vômitos, diarreia e cólicas, presentes em todas as crianças. Além disso, algumas apresentaram manifestações cutâneas importantes, como eczema, urticária e dermatite, evidenciando a diversidade clínica da doença. O impacto financeiro foi destacado por todas as mães, principalmente em função do alto custo com fórmulas especiais e, em alguns casos, pela necessidade de afastamento do trabalho. No campo emocional, surgiram sentimentos de ansiedade e estresse, refletindo o desgaste gerado pelo diagnóstico, tratamento e cuidados contínuos.

No que diz respeito ao suporte recebido, observou-se que ainda há fragilidades: duas mães referiram pouco apoio profissional, uma destacou apoio em grupos virtuais e outra relatou

não ter recebido nenhum apoio psicológico, o que reforça a importância de estratégias de acolhimento e acompanhamento multiprofissional para essas famílias.

Tabela 2: Descoberta da APLV e impacto emocional

Mãe	Idade da descoberta (APLV)	Idade atual das crianças	Sintomas principais (APLV)	Impacto financeiro	Impacto emocional	Apoio recebido
1	07 meses	05 anos	Vômitos, diarreia e cólicas	Alto custo com fórmulas	Ansiedade	Pouco apoio profissional
2	02 meses	01 ano	Vômitos, diarreia, cólicas, eczema, urticária e dermatite	Alto custo com fórmulas	Ansiedade	Pouco apoio profissional
3	03 meses	01 ano e 02 meses	Vômitos, diarreia e cólicas	Afastamento do trabalho	Estresse	Apoio de grupos virtuais
4	03 meses	02 anos e 09 meses	Vômitos, diarreia, cólicas, eczema, urticária e dermatite	Afastamento do trabalho	Estresse	Nenhum apoio psicológico
5	02 meses; 01 mês	04 anos; 08 anos	Vômitos, diarreia, cólicas, eczema, urticária, dermatite, chiado e dispneia	Gastos duplicados	Sobrecarga	Nenhum apoio psicológico

Fonte: autores do artigo, 2025.

O processo diagnóstico da APLV foi considerado demorado e difícil pela maioria das mães, havendo apenas dois relatos de facilidade e um era da mãe que já tinha um filho diagnosticado com APLV. Em dois casos, inicialmente, houve suspeita de intolerância à lactose, o que reforça os desafios para diferenciar as condições. O intervalo para o surgimento dos sintomas variou de poucas horas até três dias após a ingestão do leite.

Todas as crianças realizaram teste de provocação oral e em dois casos também foi utilizada a dosagem de IgE específica. Quatro delas já precisaram de hospitalização em decorrência da doença, evidenciando manifestações de maior gravidade, incluindo um caso de anafilaxia. O acompanhamento foi feito principalmente por pediatras e alergistas, havendo participação de gastroenterologistas e nutricionistas em alguns casos. Apesar disso, uma das mães relatou não se sentir preparada para lidar com a APLV.

No momento, o tratamento encontra-se estabilizado, com algumas crianças apresentando maior flexibilidade no consumo de derivados do leite, enquanto outras mantêm dieta restritiva, conforme demonstra a **(Tabela 3)**.

Tabela 3: Processo diagnóstico e acompanhamento da APLV

Perguntas	Mãe 1	Mãe 2	Mãe 3	Mãe 4	Mãe 5
Característica do processo de diagnóstico?	Demorado e difícil	Fácil e rápido	Demorado e difícil	Demorado e difícil	Demorado e difícil; fácil e rápido
Suspeita de intolerância a lactose?	Sim	Não	Não	Sim	Não
Intervalo entre consumo de leite e aparecimento dos sintomas?	Surgiam em média 01-04 h. após ingestão.	Surgiam em média 02 h. após ingestão.	Surgiam após 01-02 dias após ingestão.	Surgiam após 01-03 dias após ingestão.	Surgiam em média de 01-05 h. após ingestão.
Teste utilizado no diagnóstico?	Teste de provocação oral	Teste de provocação oral	Teste de provocação oral; IgE específica sérica	Teste de provocação oral	Teste de provocação oral; IgE específica sérica
Houve hospitalização pela APLV?	Sim	Não	Não	Sim	Sim (ambos)
Especialidade médica envolvida no acompanhamento?	Pediatra; alergista; gastroenterologista	Pediatra; alergista	Pediatra	Pediatra; alergista; gastroenterologista	Pediatra; alergista; gastroenterologista; nutricionista
Se sente preparada para lidar com a APLV?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Seu filho teve anafilaxia?	Sim	Não	Não	Não	Não
Como está o tratamento da APLV do seu filho?	Estabilizado e em acompanhamento.	Vive sem restrições desde os 06 meses.	Consome derivados do leite, já o leite in natura não.	Estabilizado e em acompanhamento.	Estabilizados e em acompanhamento.

Fonte: autores do artigo, 2025.

Abaixo, encontra-se uma síntese do relato da vivência de cada participante do estudo com filho diagnosticado com APLV, elaborado a partir dos dados coletados por meio dos questionários aplicados.

Relato – Mãe 1

A mãe relatou que seu filho foi diagnosticado com APLV aos sete meses, após sintomas gastrointestinais. O histórico familiar incluía apenas intolerância ao glúten no genitor. Após o diagnóstico, adotou-se exclusão total do leite da dieta da criança, impactando a alimentação familiar. Ela destacou dificuldades como falta de informações confiáveis, alto custo de alimentos específicos e limitada capacitação de profissionais de saúde.

A mãe enfatizou a relevância de redes de apoio virtuais e do acompanhamento de especialistas. No ambiente escolar, apresentou laudo e orientações, garantindo adaptação da criança, embora tenha havido episódio de ingestão acidental de leite. O diagnóstico exigiu ajustes na rotina familiar, mas a família conseguiu se adaptar, promovendo um ambiente seguro e acolhedor.

Relato – Mãe 2

O diagnóstico de APLV em sua filha ocorreu aos dois meses, após melhora dos sintomas com exclusão do leite da dieta da mãe lactante. Foi indicada fórmula especial, gerando impacto financeiro e adaptação alimentar. Antecedentes familiares de doenças alérgicas motivaram cuidados adicionais, incluindo substituição de utensílios e atenção ao consumo fora de casa.

A mãe avaliou positivamente a orientação de pediatra e alergista, o que contribuiu para segurança no manejo. Atualmente a criança está assintomática, sem restrições, mas houve episódio de ingestão acidental de leite. Ela ressaltou o desconhecimento social sobre APLV, a necessidade de capacitação de profissionais de saúde e a importância de equipes multiprofissionais acessíveis a todas as classes sociais.

Relato – Mãe 3

O filho foi diagnosticado com APLV aos três meses, adotando dieta totalmente isenta de leite. Os desafios incluíram alto custo das fórmulas, aceitação alimentar da

criança e dificuldade de encontrar alimentos seguros. O diagnóstico de intolerância ao glúten da própria mãe complicou a rotina familiar.

A entrevistada apontou lacunas nas orientações profissionais e não buscou apoio em redes sociais. Houve preocupação constante com ingestão acidental, levando ao transporte da alimentação da criança em eventos externos. Impactos na vida profissional e social foram relatados, com sobrecarga emocional. Destacou a importância de disseminação de informações, políticas públicas de treinamento e acesso a fórmulas apropriadas.

Relato – Mãe 4

O filho foi diagnosticado com APLV aos três meses, exigindo mudanças significativas na rotina familiar e na dieta, com eliminação completa do leite. Isso gerou aumento de custos e adaptação de utensílios, além de impacto nas atividades fora de casa, com transporte de alimentos para evitar contaminação cruzada.

A mãe relatou sobrecarga e interrupção da atividade profissional, mas encontrou acolhimento e aprendizado em grupos de apoio. No ambiente escolar, preocupou-se com a falta de preparo da instituição, adotando estratégias preventivas como orientação direta dos profissionais e identificação de pertences da criança

Relato – Mãe 5

A entrevistada 5 é mãe de duas crianças diagnosticadas com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV). O filho mais velho foi diagnosticado aos 2 meses e atualmente é assintomático, enquanto o mais novo, diagnosticado no 1º mês, mantém tolerância parcial e realiza testes de provocação oral trimestrais com alimentos assados. Ambas apresentaram sintomas nos primeiros meses de vida, como dermatite, dispneia, cólicas, refluxo, assaduras e inapetência. Após o diagnóstico, adotou-se exclusão total do leite de vaca, manutenção da hidratação, uso de probióticos e suporte familiar.

Entre os desafios, a mãe destaca o alto custo das fórmulas hipoalergênicas, a necessidade de acesso a profissionais especializados e a escassez de informações iniciais. Ela própria buscou conhecimento sobre alimentos seguros e estratégias de alimentação, apontando falhas na orientação profissional, especialmente sobre traços de leite em medicamentos e aceitação alimentar infantil.

No cotidiano, a família enfrenta dificuldades em compras e planejamento de saídas, mas relata boa parceria com a escola, que adapta as refeições às restrições. O filho mais velho é asmático e o mais novo também apresenta alergia à soja e ao coco. A mãe ressalta o impacto social da condição, a falta de conhecimento da sociedade sobre a APLV e espera que o filho mais novo alcance remissão total. Recomenda constante atualização de profissionais de saúde e estratégias acessíveis de comunicação para apoiar o manejo familiar da alergia.

4 Discussão

Nos últimos anos são crescentes as preocupações acerca das alergias alimentares no mundo, visto que tem se observado um aumento nos registros de casos. Acredita-se que cerca de 8% das crianças e 3%-10% dos adultos possuem algum tipo de alergia alimentar (Aranda *et al.*, 2018; Reis *et al.*, 2020). Dentre essas alergias, a APLV tem emergido como importante problema de saúde pública, afetando principalmente bebês e crianças pequenas. No Brasil, a incidência de APLV é de aproximadamente 2,2%, com sinais de aumento (Pinto; Frutuoso; Speridião, 2021). Nesse contexto, a análise dos relatos das cinco mães participantes desse estudo contribui para as discussões acerca da APLV, visto que evidenciou de maneira clara os múltiplos desafios enfrentados pelas famílias frente do diagnóstico e manejo da APLV em crianças que residem em uma cidade do interior da Região Norte do Brasil.

Nesse estudo, verificou-se, em quatro dos cinco relatos, a dificuldade no processo diagnóstico da APLV, que foi descrito pelas entrevistadas como demorado, desgastante e por vezes negligenciado por parte dos profissionais de saúde. Esse dado corrobora com a literatura, que aponta que a APLV é frequentemente confundida com outras condições clínicas da infância, como refluxo gastroesofágico, cólicas ou intolerância à lactose, retardando, dessa forma, o reconhecimento da alergia e, conseqüentemente, o início do tratamento adequado. De acordo com Solé *et al.* (2018), o tempo médio entre o início dos sintomas e o diagnóstico formal de APLV pode ultrapassar seis meses, o que coincide com os relatos maternos deste estudo.

Observou-se que todas as mães entrevistadas tinham nível superior completo, renda familiar variando entre 1 e mais de 5 salários-mínimos, e idades entre 27 e 39 anos. Esses dados mostram que mesmo em um grupo com maior escolaridade e, em parte, com boas condições socioeconômicas, ainda assim surgiram dificuldades importantes no

diagnóstico, no manejo clínico e no acesso a informações qualificadas sobre a doença. Esse achado reforça o que aponta a literatura, a APLV, além de ser um desafio clínico, não é restrita a famílias em situação de vulnerabilidade social, mas atravessa diferentes contextos socioeconômicos (Souza *et al.*, 2022; Conitec, 2022).

Estudo desenvolvido por Reis *et al.* (2020) com mães de crianças com APLV pertencentes a um grupo de apoio do *facebook* verificou resultados semelhantes aos aqui encontrados, em que relataram dificuldade com o diagnóstico, passando por diversos profissionais até conseguirem identificar a APLV. Além disso, a confusão com outros tipos de patologias, como intolerância à lactose também foi relatado, assim como nesse estudo.

Além da dificuldade relacionada ao diagnóstico, a carência de preparo técnico dos profissionais de saúde, sobretudo na atenção primária, também foi destacada pelas participantes. As genitoras relataram, em diversos momentos, o sentimento de invalidação de suas queixas e a ausência de escuta, fator que gera insegurança e sobrecarga emocional. Esses achados revelam a necessidade urgente de capacitação continuada das equipes de saúde no reconhecimento e no manejo das alergias alimentares, em especial a APLV (Pinto; Frutuoso; Speridião, 2021).

Salienta-se que durante o processo de busca por atendimento, os pais já sofrem um desgaste natural devido à rotina intensa de possibilidades diagnósticas. Contudo, a falta de informação e conhecimento de alguns profissionais de saúde acerca da APLV acaba gerando um ambiente de incertezas para os familiares, agravando ainda mais a situação (Moen; Opheim; Trollvik, 2019). Dessa forma, é muito comum que os responsáveis recorram a meios alternativos para buscar informações acerca da APLV, como, por exemplo, grupos em redes sociais, como destacado pelas participantes desse estudo. Durante as entrevistas, ficou evidente que as mães que participam de grupos de apoio relatam maior segurança e aprendizado prático no manejo da alergia, o que aponta para o valor de estratégias comunitárias e educativas que envolvam cuidadores e profissionais de saúde em espaços de diálogo e formação (Santos; Oliveira; Paixão, 2019).

Outro ponto destacado nesse estudo foi o impacto psicossocial e financeiro da APLV na vida das famílias. Os custos elevados com fórmulas especiais e alimentos isentos de traços de leite, aliados à necessidade de adaptação da rotina familiar, com mudanças alimentares amplas e interrupção de atividades profissionais, geraram um ambiente de estresse constante e preocupação contínua. Os dados reforçam que a APLV

não se restringe ao âmbito clínico, mas é uma condição que afeta de forma profunda o cotidiano, as relações sociais e a saúde mental dos cuidadores.

Entre as entrevistadas, três relataram ser casadas e duas solteiras, Salvatore *et al.* (2021), destacam que a presença de uma rede de apoio, especialmente do cônjuge, contribui para reduzir o estresse e favorecer a adesão ao tratamento. Para mães que enfrentam o diagnóstico da APLV sozinhas, o peso tende a ser maior, tanto emocionalmente quanto financeiramente, diante dos custos elevados das fórmulas especiais e da vigilância constante exigida no dia a dia. Isso mostra que, além dos aspectos clínicos, é fundamental considerar a importância do suporte social e afetivo na vivência dessas famílias.

Os dados apresentados nesse estudo revelaram ainda que maioria das participantes possuíam renda acima de cinco salários-mínimos. Como ressaltam Souza *et al.* (2022) e Verduci *et al.* (2019), o custo elevado das fórmulas extensamente hidrolisadas e de aminoácidos representa uma das maiores barreiras para famílias de baixa renda, visto que aquelas famílias com maior salário conseguem viabilizar o tratamento com mais facilidade. Entretanto, para aquelas em maior vulnerabilidade, o impacto econômico é profundo, ampliando desigualdades sociais no cuidado da APLV. Esse cenário reforça a necessidade da efetiva disponibilização dessas fórmulas pelo Sistema Único de Saúde (Conitec, 2022).

Dessa forma, todos os indivíduos que compõem o núcleo familiar de alguma maneira têm sua rotina impactada. O grupo de mães participantes do estudo de Reis *et al.* (2020) destacaram a intensa mudança na rotina familiar, principalmente no que diz respeito a mudanças no consumo de alimentos por toda a família e às atividades recreativas, em que, devido a condição apresentada pelas crianças, por muitas vezes os pais/responsáveis deixam de participar por medo de exposição dos filhos a algum item com traço de leite.

Além disso, a dificuldade em compreender as informações nos rótulos dos alimentos também é relatada na literatura como um desafio, visto que, em algumas situações, não fica clara a presença ou não de componentes que podem ser prejudiciais às crianças que convivem com APLV (Souza *et al.*, 2022). Esse fato, na maioria das vezes, gera apreensão e incertezas entre os responsáveis. As entrevistadas nesse estudo relataram a intensa mudança na rotina. Estudo desenvolvido por Ozturk *et al.* (2023), com mães de crianças que possuíam alergia alimentar, entre elas, APLV, que eram atendidas em um hospital universitário na Turquia, evidenciou que 100% das participantes relataram

quadros de insônia e dores relacionadas ao processo de tratamento dos filhos, principalmente em decorrência de preocupações. Além disso, a ansiedade também foi relatada pelas mães.

Além das questões econômicas, ficou evidente o peso emocional vivido pelas mães, pois a insegurança, ansiedade e desgaste diante do diagnóstico foram sentimentos recorrentes. Estudos como os de Ozturk *et al.* (2023) e Korz *et al.* (2020) corroboram essa percepção, mostrando que fatores como dificuldades financeiras, ausência de apoio e sobrecarga materna impactam diretamente a saúde mental, favorecendo quadros de insônia, ansiedade e isolamento social. Assim, ao analisar os dados sociodemográficos em conjunto com os relatos, percebe-se que a experiência com a APLV não se resume ao aspecto clínico: ela é atravessada pela estrutura familiar, pelas condições financeiras, pelo suporte social disponível e pela qualidade do acesso aos serviços de saúde.

Quando questionadas acerca da interação familiar, foi destacado que maior parte do tempo era dedicado aos filhos e situações relacionadas ao diagnóstico dos filhos, dificultando dessa forma a interação com outros familiares ou comunidade. Além disso, as mudanças na alimentação de toda família em decorrência dos filhos também foram apontadas como um fator interferente nas relações familiares (Ozturk; Merter; Sengul, 2023).

Interessantemente, o estudo conduzido por Dubrovskyy *et al.* (2023) evidenciou o quanto que as alterações na rotina, principalmente alimentar pode impactar no cotidiano da família, pois ao comparar um grupo de pais ou cuidadores de crianças com APLV com um grupo de pais com filhos sem APLV, verificou que o primeiro grupo realizava uma ingestão de cálcio consideravelmente inferior, principalmente em decorrência da retirada do leite e derivados da dieta de todos os que conviviam direto com as crianças com APLV. Esses resultados, demonstram a importância do acompanhamento nutricional não só dos acometidos pela alergia, bem como, de todos que de alguma forma tem sua rotina alterada.

Os dados do presente estudo, revelaram que a sensação de preocupação constante é um sentimento frequentemente observado entre as entrevistadas, corroborando assim, com estudos disponíveis na literatura. Essas preocupações, na maioria das vezes, refletem diretamente na dinâmica de interação dos pais com os filhos. Um estudo realizado com responsáveis por crianças com APLV evidenciou que eles tendem a adotar um comportamento mais protetor com as crianças, como por exemplo maior tempo de colo, e uma diminuição de tempo em relação à brincadeiras que exigem contato corporal direto (Korz *et al.*, 2020).

Além disso, esses autores também observaram uma diminuição da frequência dessas crianças em centros de educação infantil. Destaca-se que esses padrões de proteção como em algumas situações não se restringem à alergia em si e acabam interferindo em atividades previstas no dia a dia das crianças, como demonstrado anteriormente. Essas atitudes de proteção em excesso podem influenciar de diferentes maneiras a vida da criança, podendo em alguns casos interferir até mesmo no desenvolvimento físico e cognitivo (Korz *et al.*, 2020).

Salienta-se também que a inclusão escolar e o desconhecimento da comunidade sobre a gravidade da APLV são preocupações entre as entrevistadas, visto que, devido ao grau de acometimento, a ingestão indevida de alimentos que contém o leite pode desencadear complicações severas. Nesse sentido, destaca-se a importância da capacitação dos profissionais da educação, visando, assim, garantir a segurança alimentar das crianças com APLV (Santos; Oliveira; Paixão, 2019).

Diante dos relatos apresentados nesse estudo e das evidências já descritas na literatura, torna-se evidente que estudos qualitativos como este são fundamentais para dar visibilidade às vivências de famílias que convivem com a APLV, sobretudo em contextos menos assistidos, como o interior da Região Norte do Brasil.

5 Conclusão

A análise dos relatos das cuidadoras evidencia que o diagnóstico e o manejo da Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) constituem processos complexos, que impõem desafios significativos às famílias, especialmente no que se refere à adaptação alimentar, ao suporte emocional e à reorganização da dinâmica familiar. O diagnóstico tardio, muitas vezes decorrente da confusão entre APLV e intolerância à lactose, aliado à escassez de informações claras e à limitada capacitação de profissionais de saúde, compromete a efetividade do tratamento e prolonga o sofrimento da criança e de seus cuidadores.

Além disso, os altos custos financeiros relacionados à aquisição de fórmulas hipoalergênicas e alimentos específicos, bem como as mudanças exigidas na rotina familiar, acentuam a vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias. A ausência de suporte psicológico adequado e de políticas públicas direcionadas agrava ainda mais esse cenário, reforçando a necessidade urgente de estratégias intersetoriais que contemplem não apenas o cuidado clínico, mas também os impactos psicossociais da condição.

Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que garantam a capacitação continuada dos profissionais da saúde e da educação, o acesso equitativo às fórmulas e alimentos apropriados, além da implementação de redes de apoio efetivas e integradas. Tais medidas são essenciais para assegurar um diagnóstico precoce, um manejo adequado e uma abordagem verdadeiramente humanizada da APLV, promovendo a melhoria da qualidade de vida das crianças afetadas e de suas famílias.

Referências

ARANDA, C. S. *et al.* Increased sensitization to several allergens over a 12-year period in Brazilian children. **Pediatric Allergy and Immunology**, v. 29, n. 3, p. 321-324, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pai.12860>. Acesso em 24 jul. 2025.

BRASIL. **Protocolo Clínico para Pacientes do Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca**. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. 2 ed. Fortaleza: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, 2019.

CONITEC. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Alergia à Proteína do Leite de Vaca**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). Ministério da Saúde, 2022, Brasília-DF. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br>. Acesso em: 19 de mai. 2024.

COROZOLLA, W.; RODRIGUES, A. G. Intolerância à lactose e alergia à proteína do leite de vaca e o desafio de como diferenciá-las. **Saúde em Foco**, n. 8, p. 219-228, Amparo, 2016. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2020/05/Intoler%C3%A2ncia-%C3%A0-Lactose-e-Alergia-%C3%A0-Prote%C3%ADna-do-Leite-de-Vaca.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

D'AURIA E., *et al.* Hydrolysed Formulas in the Management of Cow's Milk Allergy: New Insights, Pitfalls and Tips. **Nutrients**, v. 13, n. 8, p. 2762, 2021. DOI: 10.3390/nu13082762. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/13/8/2762>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DUBROVSKYY, I. Cow's milk allergy in children impacts parental or caregiver calcium intake. **Nutrition Research**, v. 110, p. 66-73, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36682229/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ariquemes/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JORDANI, M. T. *et al.* Perfil clínico e nutricional de crianças com alergia à proteína do leite de vaca. **Medicina (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 54, n. 4, p. e-176348, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2021.176348. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/176348>. Acesso em 19 maio 2024.

KORZ, V. Alergia à proteína do leite de vaca, qualidade de vida e estilos parentais. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 31, n. 1, 2021.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1250150>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LAPA FILHO, C. T. L. *et al.* **Alergia às proteínas do leite de vaca e a atenção primária à saúde: uma revisão narrativa das diretrizes atuais.** Residência Pediátrica, v. 12, n. 3-526, 2020. No prelo. Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe. R. Cláudio Batista - Dom Luciano, Aracaju/SE - Brasil. CEP: 49060-108. DOI: 10.25060/residpediatr- 2022. Disponível em: <https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/1193/alergia%20as%20proteinas%20do%20leite%20de%20vaca%20e%20a%20atencao%20primaria%20a%20saude-%20uma%20revisao%20narrativa%20das%20diretrizes%20atuais>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MOEN, Ø. L.; OPHEIM, E.; TROLLVIK, A. Parents experiences raising a child with food allergy: a qualitative review. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 46, p. e52-e63, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30857930/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

OZTURK, C. S.; MERTER, O. S.; SENGUL, Z. K. The experiences of mothers of children with food allergy: a qualitative study. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 73, p. 113-119, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37659339/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINTO, F. L.; FRUTUOSO, M. F. P.; SPERIDIÃO, P. G. L. Tratamento dietético da alergia às proteínas do leite de vaca: um estudo da percepção de mães. **Rev. Ped. SOPERJ**, v. 21, n. 4, p. 176-182, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/122130903/Tratamento_diet%C3%A9tico_da_alergia_%C3%A0s_prote%C3%ADnas_do_leite_de_vaca_um_estudo_da_percep%C3%A7%C3%A3o_de_m%C3%A3es. Acesso em: 24 jul. 2025.

REIS, P.; *et al.* Repercussões da alergia ao leite de vaca sob a ótica materna. **Rev. Rene**, v. 21, p. 13, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341473493_Repercussoes_da_alergia_ao_leite_de_vaca_sob_a_otica_materna. Acesso em: 24 jul. 2025.

RIOS, J. L. M. *et al.* Alergia alimentar não IgE mediada: proctocolite induzida por proteínas alimentares – atualização. **Arq. Asma Alerg. Imunol.**, v. 6, n. 2, p. 225-238, 2022. Disponível em: https://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1265. Acesso em: 24 jul. 2025.

SALVATORE S, A. M. *et al.* Cow's Milk Allergy or Gastroesophageal Reflux Disease- Can We Solve the Dilemma in Infants? *Nutrients*, [s. l.], v. 13, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu13020297>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33494153/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SANTOS, D. S. M.; OLIVEIRA, L. da S.; PAIXÃO, C. G. O. da; Hábitos alimentares de crianças menores de dois anos com alergia a proteína do leite de vaca. **Revista Brasileira de Saúde Funcional (REBRASF)**, v. 8, n. 1, agosto de 2019. Disponível em: Acesso em: 19 maio 2024.

SANTOS, M. F.; ROCHA, S. M. O.; CARVALHO, A. M. R. de. Avaliação da prevalência de crianças com alergia a proteína do leite de vaca e intolerância à lactose em um laboratório privado de Fortaleza-CE. **Revista Saúde - UNG-Ser** - ISSN 1982-3282, [S. l.], v. 12, n. 1/2, p. 41–46, 2019. DOI: 10.33947/1982-3282-v12n1-2-3466. Disponível em: <https://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/3466>. Acesso em: 9 dez. 2025.

SOLÉ, D. *et al.* **Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar- Parte 1 - Etiopatogenia, clínica e diagnóstico. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.** ASBAI Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia, São Paulo, v. 1, n. 1, fev. /fev.; p. 7-38, 2018. Disponível em: https://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=851. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOUZA, G. J. S. de; ARAUJO, N. M. do N.; LIBERALINO, L. C. P. **Alergia à Proteína do Leite de Vaca em Crianças Menores de 2 Anos: Uma Revisão Narrativa.** TCC (Ciências da Saúde) — Universidade Potiguar, Ceará.

SOUZA, J. G. de. **Identificação precoce de predisposição à alergia à proteína do leite de vaca e ganho ponderal por espectroscopia no infravermelho.** Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde) — Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde – Mestrado e Doutorado Área de Concentração em Promoção da Saúde. Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3541/1/Jenifer%20Grotto%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

VERDUCI, E. *et al.* Cow's Milk Substitutes for Children: Nutritional Aspects of Milk from Different Mammalian Species, Special Formula and Plant-Based Beverages. **Nutrients.**, v. 11, n. 8, p. 1739, 2019. DOI: 10.3390/nu11081739. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/11/8/1739>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Data de submissão: 02/08/2025

Data de aceite: 07/11/2025